

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO				
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais		Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados		
						POs	ITRS / Manuais							
Auxílio à Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO)		Tem por objetivo tornar disponíveis para a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO), informações e pareceres produzidos pelo TCE-GO, visando a subsidiar o processo de responsabilização política do governo, a atuação do Legislativo na alocação de recursos públicos e no exercício do controle externo, a elaboração de planos e orçamentos, a avaliação da gestão fiscal e o aperfeiçoamento do arcabouço legal.		Secretaria de Controle Externo	●	Constituição Federal Constituição Estadual Decreto de Execução Oca e Financieira Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei de Responsabilidade Fiscal Lei Federal nº 4.320/1964 Lei Federal nº 6.404/1976 Lei Federal nº 10.409/2002 Lei Federal nº 13.303/2016 Lei Orgamentária Anual Lei Orgânica do TCE-GO	PO Acompanhar a Prestação de Contas do Governador	Manual do Usuário Prestação de Contas do Governador	Diretoria de Fiscalização de Contas e Serviço de Fiscalização de Contas de Governo	(i) Relatórios e pareceres prévios acerca das contas do Governo do Estado de Goiás.	Algo	(f) Subsidiar o processo de responsabilização política do governo pelos resultados de suas ações e pela conformidade de seus demonstrativos contábeis.		
			Atendimento a Solicitações da ALEGO	Secretaria de Controle Externo	●					(i) Informações acerca do aperfeiçoamento do ordenamento jurídico, da conformidade e do desempenho da gestão dos recursos públicos estaduais, etc.	Algo	(f) Subsidiar o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico relativo ao controle e à gestão dos recursos públicos.		
			Atendimento a Solicitações	Ouvedoria	●	Resolução Administrativa nº 05/2022 Resolução Administrativa nº 13/2024 Código de Ética Manual de Integridade	PO Gerir Demandas Denúncias Representações e Notícias de Irregularidade PO Gerir Manifestações e Pedidos de Acesso à Informação		Ouvedoria	(i) Informações solicitadas.	Solicitante	(f) Subsidiar ações e decisões mediante obtenção de esclarecimentos, entre outros, quanto a procedimentos e processos de controle externo, certidões, procedimentos administrativos, jurisdição do TCE-GO. (g) Gestão eficiente do canal de comunicação entre o cidadão e o TCE-GO.		
			Apuração de Denúncias	Secretaria de Controle Externo	●	Resolução Administrativa nº 13/2024					(i) Informações sobre fatos apurados.	Denunciante	(f) Esclarecer os fatos visando assegurar a observância da lei, dos regulamentos e dos contratos e a responsabilização dos infratores, quando for o caso.	
Promoção da Transparência e do Controle Social		Tem por objetivo tornar disponíveis para a sociedade, imprensa e conselhos incumbidos do controle social, informações acerca da gestão pública, dos resultados e dos benefícios do controle externo e, de forma específica, para denunciantes, representantes e solicitantes, informações acerca dos fatos apurados pelo TCE-GO ou das informações solicitadas	Apuração de Representações	Secretaria de Controle Externo	●	Resolução Administrativa nº 13/2024				(i) Informações sobre fatos apurados.	Representante	(f) Esclarecer os fatos visando assegurar a observância da lei, dos regulamentos e dos contratos e a responsabilização dos infratores, quando for o caso.		
			Disponibilização de informações acerca da Gestão Pública	Secretaria de Controle Externo	●		PO Gerir Observatório de Políticas Públicas	Secretaria de Controle Externo Serviço de Avaliação de Políticas Públicas	(i) Política Pública e Indicadores Homologados	Tribunal e Partes Interessadas	(f) Promoção da transparência e do controle social bem como influenciar a estratégia de controle da Secretaria de Controle Externo.			
			Divulgação dos Resultados das Ações de Controle Externo	Secretaria de Controle Externo	●	Resolução nº 05/2019	PO Emitir Relatório do Artigo 30	Manual de Instruções do artigo 30	Diretoria de Fiscalização de Pessoal Serviço de Fiscalização de Pessoal	(i) Relatório do Artigo 30.	Sociedade, Imprensa e ALEGO	(f) Prover conhecimentos a respeito do número total dos servidores e empregados públicos nomeados e contratados pelos Poderes Legislativo, Executivo e as entidades da administração indireta ou funcional, nos termos do art. 30 CE/60.		
			Capacitação e Orientação para o Exercício do Controle Social	Escola Superior de Controle Externo Aelson Nascimento	●			Manual do Sistema de Benefícios das Ações de Controle Externo	Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Benefícios auferidos em decorrência das ações de controle externo	Sociedade, Imprensa e ALEGO	(f) Prover conhecimentos a respeito da gestão pública e dos mecanismos de controle e seus resultados e benefícios.		
			Exame e Julgamento das Contas dos Gestores	Secretaria de Controle Externo	●	Constituição Federal Constituição Estadual Lei Orgânica do TCE-GO Regimento Interno do TCE-GO Resolução Normativa TCE nº 5/2018 Lei Federal nº 4.320/1964 Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei Orgamentária Anual		Manual do Usuário Prestação de Contas dos Gestores	Diretoria de Fiscalização de Contas e Serviço de Fiscalização de Contas dos Gestores	(i) Julgamento das contas dos gestores de recursos públicos, podendo conter determinações, recomendações, medidas cautelares, sanções e imputação de débitos.	Gestores de recursos públicos	(f) Prover a segurança jurídica mediante a apreciação das contas.		
							PO Fiscalizar via Auditoria de Conformidade		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(f) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (g) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (h) Colibr e punir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (i) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (j) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (k) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.		
							PO Fiscalizar via Auditoria Financeira		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização de Contas Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(f) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (g) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (h) Colibr e punir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (i) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (j) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (k) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.		
Controle Direto		Tem por objetivo tornar disponíveis para a administração pública, Estado e gestores de recursos públicos estaduais, determinações, recomendações, sanções, medidas cautelares, alertas, informações e orientações, visando a prevenir, corrigir, colibr e punir a prática de legalidade e o mau uso de recursos públicos, a assegurar a legalidade dos atos sujeitos a registro e o cumprimento dos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e ainda, a esclarecer dúvidas quanto à aplicação de dispositivos legais e regulamentares. Além do mais, objetiva ainda tornar disponíveis para programas de governo, órgãos e entidades da administração pública, determinações, recomendações, avaliações e orientações, visando a contribuir para a excelência da gestão pública e dos serviços públicos prestados ao cidadão, para a melhoria da formulação, da formulação e da gestão dos		Secretaria de Controle Externo	●	Regimento Interno -TCE-GO; Plano de Fiscalização; Código de Ética do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (Resolução Administrativa nº 001/2014); ● Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Administrativa nº 13/2023; Normas de Auditoria do Setor Público (NBASP); NBASP 100 – Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público; NBASP 130 – Gestão de ética pelos Tribunais de Contas; NBASP 140 – Controle de qualidade para os Tribunais de Contas; NBASP 400 – Princípios de Auditoria de Conformidade; NBASP 4000 – Norma para Auditoria de Conformidade; NBASP 300 – Princípios de Auditoria Operacional; NBASP 3000 – Norma para Auditoria Operacional; Manual do Sistema de Qualidade das Fiscalizações; Manual de Implementação das ISSAs de Auditoria de Conformidade; Manual de Implementação das ISSAs de Auditoria Operacional;	PO Fiscalizar via Inspeção		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(f) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (g) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (h) Colibr e punir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (i) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (j) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (k) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.		
			Fiscalizar	Secretaria de Controle Externo	●		PO Fiscalizar via Levantamento		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(f) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (g) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (h) Colibr e punir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (i) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (j) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (k) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.		
							PO Fiscalizar via Monitoramento Programado		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(f) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (g) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (h) Colibr e punir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (i) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (j) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (k) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.		
							PO Fiscalizar via Acompanhamento		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(f) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (g) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (h) Colibr e punir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (i) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (j) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (k) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.		
							PO Fiscalizar via Avaliação de Políticas Públicas		Secretaria de Controle Externo Serviço de Avaliação de Políticas Públicas Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(f) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (g) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (h) Colibr e punir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (i) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (j) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (k) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.		

PROCESSOS FINALÍSTICOS (NPF)

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS		INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO				
Núcleo	Macroprocesso	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais	Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados			
Controle com intervenção a Terceiros	Tem por objetivo tomar disponíveis à Procuradoria Geral do Estado (PGE), ao Ministério Público Estadual, à Polícia Civil e outros órgãos de controle, informações para que possam defender, determinar, sancionar e julgar atos de administração pública no âmbito das respectivas esferas de atuação.	programas e serviços públicos, bem como do aperfeiçoamento das políticas públicas.	PO Fiscalizar via Acompanhamento Contínuo	Secretaria de Controle Externo	●	Constituição Federal; Constituição do Estado de Goiás; Lei Orgânica (Lei Estadual 16.168/2007); Lei Estadual 15.122/2005; LINDB; Resolução nº 22/2008; Resolução Normativa nº 12/2017; Resolução Administrativa nº 0001/2014; Resolução Administrativa nº 19/2022 - NBASP 130; NBASP 10; NBASP 140	ITR Orientações para fiscalização de atos de pessoal sujeitos a registro	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a contabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Colher e purificar a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.		
			PO Gerir Processos de Controle Externo	Secretaria de Controle Externo	●		ITR Orientações para Gerir Processos de Atos de Pessoal	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Processos de Controle Externo geridos	Tribunal de Contas do Estado de Goiás	(i) Padronização das etapas e atividades envolvidas na gestão dos processos de controle externo; (ii) Parâmetros definidos para organização e distribuição de atividades interestaduais no âmbito da Secretaria de Controle Externo; (iii) Maior desempenho e aumento da produtividade na execução das atividades-fim de controle externo.		
			PO Instruir Processo de Controle Externo	Secretaria de Controle Externo	●		ITR Instrução Técnica	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Instrução Técnica; (ii) Instrução Técnica Conclusiva.	Tribunal de Contas do Estado de Goiás	(i) Padronização das etapas e atividades envolvidas para a emissão de instrução técnica em processos de controle externo, em apoio à atividade jurisdicional. (ii) Maior desempenho e aumento da produtividade na execução das atividades-fim de controle externo.		
			PO Representar ao Tribunal	Secretaria de Controle Externo	●		ITR Representação	Secretaria de Controle Externo	(i) Representação ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), com base na constatação de irregularidades ou ilegalidades em atos de gestão	Tribunal de Contas do Estado de Goiás	(i) Padronização das atividades da unidade técnica temática e das equipes de fiscalização para a elaboração e formalização de Representação ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás, com base na constatação de irregularidades ou ilegalidades em atos de gestão.		
			Acompanhamento dos Limites Legais e Prudenciais da LRF1	Secretaria de Controle Externo	●		ITR Acompanhamento	Secretaria de Controle Externo					
			Monitoramento do Cumprimento de Deliberações do TCE-GO	Secretaria de Controle Externo Secretaria-Geral	●		ITR Monitoramento	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	ITR Catalogar Itens Decisórios PO Gerir Serviço de Controle de Deliberações	Serviço de Qualidade de Controle Externo Diretoria de Atos Oficiais e Controle Serviço de Controle de Deliberações	(i) Informações sobre o cumprimento das deliberações.	Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Garantir o cumprimento de deliberações.
			Análise de Recursos	Secretaria de Controle Externo	●		ITR Análise de Recursos	Resolução nº 06/2021	Manual de Análise de Recursos	Serviço de Análise de Recursos	(i) Deliberações quanto a recursos interpostos contra decisões do TCE-GO	Recorrente e interessados	(i) Garantir eficácia e efetividade à instrução recursal, no que tangere exame da admissibilidade e a análise do mérito dos recursos interpostos contra atos decisórios do Tribunal de Contas.
			Apreciação da Legalidade dos Atos de Pessoal	Secretaria de Controle Externo	●		ITR Apreciação						
			Exame e Julgamento de Tomada de Contas Especial	Secretaria de Controle Externo	●		ITR Exame e Julgamento						
			Atendimento a Consultas	Secretaria de Controle Externo	●		ITR Atendimento				(i) Resposta a consultas com orientações de caráter normativo.	Consultantes	(i) Esclarecer dúvidas suscitadas em relação à aplicação de dispositivos legais e regulamentares.
			Avaliação da Estrutura de Governança, Planejamento e Gestão	Secretaria de Controle Externo	●		ITR Avaliação	COSO I COSO II NBR ISO 31000:2018 Resolução Atricon nº 05/2014 Resolução Normativa TCE-GO nº 6/2019	Manual de Avaliação dos Controles Internos dos Poderes, Órgãos e Entidades do Estado de Goiás	Secretaria de Controle Externo	(i) Avaliação da estrutura de Governança, Planejamento e Gestão dos Jurisdicionados, incluindo o Controle Interno, Ouvidoria, Corregedoria, Planejamento Estratégico, entre outros; (ii) Orientações sobre procedimentos e boas práticas de Governança, Planejamento e Gestão.	Administração Pública	(i) Contribuir para o bom funcionamento e melhoria contínua da estrutura interna de Governança, Planejamento e Gestão dos Jurisdicionados do TCE-GO, promovendo o fortalecimento da cultura de controle integrado e contínuo, transparência e efetividade da gestão pública. (ii) Orientar quanto a procedimentos adequados e boas práticas de governança, planejamento estratégico e gestão.
			Avaliação de Programas	Secretaria de Controle Externo	●		ITR Avaliação				(i) Avaliações de programas de governo. (ii) Avaliações de funções de governo. (iii) Orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública	(i) Contribuir para a melhoria da formação, da formulação e da gestão dos programas e a qualidade dos bens e serviços públicos. (ii) Contribuir para o aperfeiçoamento da formulação de políticas públicas. (iii) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.
			Fornecimento de Informações para Subsidiar Atos de Terceiros	Secretaria de Controle Externo	●		ITR Fornecimento				(i) Informação sobre indícios de crimes, infrações e irregularidades apuradas pelo TCE.	PGE, Ministério Público Estadual; Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás; Polícia Civil; Magistrados.	(i) Subsidiar a responsabilização de infratores. (ii) Subsidiar a elaboração da lista de inadimplentes. (iii) Subsidiar a situação dos respectivos débitos. (iv) Subsidiar a apuração de irregularidades.
			Organização de Cobrança Executiva	Secretaria-Geral	●		ITR Cobrança				(i) Informações para subsidiar a cobrança judicial.	PGE	(i) Subsidiar a recuperação de valores e execução de penas pecuniárias.
			Composição e Fornecimento de Informações para Subsidiar Defesa do Estado de Goiás	Diretoria Jurídica	●		ITR Defesa	Resolução nº 22/2008 Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Prestar Informações à PGE-GO para a defesa do Estado de Goiás em juízo	Diretoria Jurídica	(i) Informações para defesa do Estado de Goiás em juízo.	PGE	(i) Subsidiar a defesa do Estado de Goiás em relação aos acórdãos do TCE-GO questionados judicialmente. (ii) Realizar a defesa do TCE-GO nos processos judiciais cujo objeto é o questionamento de acórdãos proferidos pela instituição.
Gestão de Pessoas	Tem por objetivo estimular o desenvolvimento de profissionais competentes, motivados e comprometidos com a efetividade do controle externo e com a melhoria da gestão pública, bem como criar e manter ambiente de trabalho que conduza à excelência no desempenho, à plena participação e ao crescimento profissional e à qualidade de vida		Políticas de Gestão de Pessoas	Secretaria Administrativa	●	Política de Gestão de Pessoas (Resolução Normativa nº 004/2009) Código de Ética (Resolução Administrativa nº 001/2014)	PO Gerir Captação, Alocação e Integração de Servidores	Diretoria de Gestão de Pessoas	(i) Programas e sistemas voltados para o desenvolvimento de gestão de pessoas.	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(i) Estimular as pessoas para desenvolver e utilizar seu pleno potencial em alinhamento com as estratégias do Tribunal.		
			Captação, Alocação e Integração	Secretaria Administrativa	●	Manual de Funções	PO Gerir Estagiário e Menor Aprendiz	Diretoria de Gestão de Pessoas	(i) Sistematiza de captação, alocação e integração.	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(i) Alinhar os métodos de seleção, alocação e integração ligados ao preenchimento de cargos e funções com as estratégias do TCE-GO.		
			Desenvolvimento de Competências	Escola Superior de Controle Externo Aélson Nascimento	●	Resolução Administrativa nº 3/2021 (Regimento Interno da Escocev)	PO Gerir Ações de Capacitação PO Planejar e Gerir o Conhecimento - Biblioteca	Escola Superior de Controle Externo Aélson Nascimento	(i) Competências de pessoas desenvolvidas e/ou aprimoradas.	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(i) Garantir a gestão e execução de ações de capacitação para os Membros, Servidores, Estagiários e Controladores Sociais.		
			Educação Profissional	Escola Superior de Controle Externo Aélson Nascimento	●	Resolução Administrativa nº 3/2021 (Regimento Interno da Escocev)	PO Gerir Planos e Programas de Educação Profissional	Escola Superior de Controle Externo Aélson Nascimento	(i) Instrutores internos formados. (ii) Demandas de Capacitação ministradas por Instrutores Internos	Tribunal, Controladores Sociais e Jurisdicionados	(i) Garantir o planejamento e gestão do conhecimento no âmbito do TCE-GO.		
			Avaliação de Competências	Secretaria Administrativa	●	Resolução Normativa nº 04/2016; Resolução Normativa nº 07/2016; Resolução Normativa nº 08/2019	PO Gerir Avaliação de Desempenho	Manual de Avaliação de Desempenho - TCE - GO	Diretoria de Gestão de Pessoas	(i) Programas de avaliação, educação e capacitação das pessoas.	Membros, Servidores, Terceirizados, Estagiários, Jurisdicionados e Sociedade	(i) Gestão dos Planos e Programas de Educação Profissional, por meio de ciclos de gestão, com foco no alcance dos objetivos estratégicos de motivação. (ii) Prestação de contas da Educação Profissional em nível institucional com foco na comunicação com as partes interessadas.	
			Rotas de Pessoal	Secretaria Administrativa	●	Resolução administrativa nº 22/2008; Resolução administrativa nº 19/2022; Portaria nº 990/2023; PPA - Plano Plurianual 2024-2027 Decreto nº 22.317/2023 Lei de Responsabilidade Fiscal LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias LOA - Lei Orçamentária Anual Lei Orgânica nº 16.168/2007 Constituição do Estado de Goiás Decreto orçamentário nº 10.279/2023 LEI 4.320/1964 Constituição Federal Emenda Constitucional nº 103/2019 Lei Complementar Estadual nº 161/2020 Lei Estadual nº 15.122/2005 Resolução Normativa nº 007/2009 Portaria nº 864/2016-CPRES Portaria nº 286/2022	PO Executar Folha de Pagamento PO Gerir Atos de Pessoal	Diretoria de Contabilidade, Orçamento e Finanças Serviço de Planejamento Orçamentário e Gestão Fiscal Diretoria de Gestão de Pessoas	(i) Sistema gerenciais de controle dos serviços de pessoal	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(i) Garantir o desenvolvimento de sistemas gerenciais adequados para o bom controle dos serviços de pessoal. (ii) Assegurar o uso correto das normas relativas aos atos de pessoal.		

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO		
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais		Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados
Governança, Planejamento e Gestão		Tem por objetivo estabelecer, comunicar e internalizar o referencial estratégico do TCE-GO, bem como definir prioridades, responsabilidades e compromissos com os rumos e resultados institucionais. Contempla, também, aspectos relativos à definição e alocação de recursos, ao acompanhamento de resultados, ao monitoramento de indicadores de desempenho e ao controle dos atos administrativos no âmbito do Tribunal.	PO Gerir Auditorias do SGI	PO Gerir Indicadores Estratégicos		Manual do SGI	PO Gerir Auditorias do SGI	ITR Gerir Auditorias do SGI	Diretoria de Melhoria Contínua	(i) SGI auditado.	Tribunal; Sociedade	(i) Sistema de gestão Integrado (SGI) do TCE-GO auditado. (ii) Identificação e definição de melhorias do SGI. (iii) SGI certificado.
							PO Gerir Accountability do SGI	Secretaria de Planejamento	(i) Boletins de Governança e Gestão (BGG). (ii) Relatório de atividades da Di-Plan.	Tribunal; Sociedade	(i) Geração de evidências para suporte em tomada de decisão gerencial. (ii) Gestão da estratégia baseada em resultados.	
			PO Gerir Realizar Prestação de Contas	Corregedoria-Geral	* Resolução Administrativa nº 008/2015 * Resolução nº 22/2008 – Regulamento Interno do TCE-GO. * Resolução Administrativa nº 13/2024 * Resolução Administrativa nº 14/2025 * ATRICON-CCOR Nº 1/2014 * Lei Estadual nº 16.168/2007	Corregedoria-Geral	(i) Prestação de Contas das atividades da Corregedoria	Unidades do Tribunal; Presidência do TCE-GO; Sociedade	(i) Entregar informações com confiabilidade, rastreabilidade e comparabilidade, de modo a subsidiar o planejamento estratégico, a tomada de decisões da Corregedoria-Geral e o monitoramento do desempenho institucional, promovendo a transparência e o aprimoramento contínuo da gestão processual.			
			PO Gerir Inteligência Organizacional	Secretaria de Planejamento		PO Gerir Inteligência Organizacional	Secretaria de Planejamento	(i) Relatórios de Inteligência Organizacional (RIO). (ii) Relatórios de Transição de Gestão (RTG).	Tribunal	(i) Produzir e disseminar conhecimento gerencial no âmbito do TCE-GO, com foco no estímulo à tomada de decisão com base em evidências.		
			PO Gerir Melhorias Contínuas	Secretaria de Planejamento	Manual do SGI	PO Gerir Melhorias Contínuas	ITR Gestão de Iniciativas no SGP	Diretoria de Melhoria Contínua	(i) Melhorias implementadas.	Tribunal; Sociedade	(i) Implementação de melhorias institucionais. (ii) Estímulo à melhoria contínua do TCE-GO.	
			PO Gerir Partes Interessadas	Secretaria de Planejamento		PO Gerir Partes Interessadas	Diretoria de Estratégia	(i) Situações-problema tratadas.	Tribunal; Parte Interessada	(i) identificação e tratamento de situações-problema a partir de expectativas e necessidades de partes interessadas.		
			PO Gerir Riscos	Secretaria de Planejamento	Resolução Normativa nº 06/2020	PO Gerir Riscos	Diretoria de Estratégia	(i) Riscos geridos e controlados.	Tribunal; Sociedade	(i) Gestão dos riscos institucionais, com foco na maximização de oportunidades e redução de incertezas.		
			PO Gerir Gestão da Estratégia	Secretaria de Planejamento	Resolução Administrativa nº 05/2016	PO Gerir Plano Estratégico PO Gerir Plano de Fiscalização PO Gerir PDTI	Diretoria de Estratégia Secretaria de Controle Externo Diretoria de Tecnologia da Informação	(i) Objetivos estratégicos alcançados. (ii) Plano de Fiscalização gerenciado. (iii) Implementação de sistemas corporativos com uso de tecnologia da informação.	Tribunal; Sociedade; Jurisdicionados.	(i) Gestão dos Planos Estratégico, Tático e Operacional do TCE-GO, por meio de ciclos bianuais de gestão, com foco no alcance dos objetivos estratégicos da instituição.		
			PO Gerir Gestão da Estrutura Organizacional	Secretaria de Planejamento	Resolução Administrativa nº 14/2025	PO Gerir Estrutura Organizacional	Diretoria de Melhoria Contínua	(i) Organograma. (ii) Atividades-chave.	Tribunal	(i) Sistemática de alocação de competências e realização de operações.		
			PO Gerir Gestão da Comunicação Organizacional	Diretoria de Comunicação	Resolução Administrativa nº 19/2024	PO Produzir Conteúdo de Comunicação PO Gerir Atendimento à Imprensa PO Gerir Interações em Meios Digitais	ITR Orientações para a Produção de Conteúdo de Comunicação Diretoria de Comunicação	(i) Conteúdo de comunicação produzido e disseminado.	Tribunal; Sociedade	(i) Comunicação organizacional interna e externa.		
			PO Gerir Controle Interno	Diretoria de Controle Interno	Resolução Administrativa nº 10/2019	PO Analisar Conformidade Processual PO Emitir Parecer sobre Relatório de Gestão Fiscal PO Emitir Parecer sobre o Relatório Anual de Contas	Diretoria de Controle Interno Diretoria de Controle Interno	(i) controle interno dos atos da administração	Tribunal	(i) Exercer a terceira linha de defesa no âmbito do TCE-GO.		
			PO Gerir Gestão de Processos Administrativo ou Judiciais	Diretoria Jurídica	Resolução nº 22/2008 Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Analisar Processos Administrativos PO Analisar Processos Judiciais	Diretoria Jurídica	(i) Processos Administrativos com Parecer ou Despacho da Diretoria Jurídica; (ii) Peças Processuais protocoladas em processo eletrônico judicial.	Poder Judiciário; Tribunal.	(i) Emissão de pareceres, despachos ou peças processuais (por exemplo: petição inicial, agravo, contestação, informações, etc.) em conformidade com os procedimentos estabelecidos.		
			PO Gerir Gestão do Processo de Responsabilização Disciplinar e Conduta Funcional	Corregedoria-Geral	* Resolução Conjunta Atricon- CCOR nº 35/01/2014 * Resolução ATRICON nº 01/2025 * Referencial de Combate à Fraude e Corrupção Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública do Tribunal de Contas da União * Manual de Integridade Pública – OCDE, 2022 * Resolução Administrativa nº 01/12/2022 * Resolução Administrativa nº 1/2014 * Resolução Administrativa nº 008/2015 * Resolução nº 022/2008 * Resolução Administrativa nº 13/2024	PO Gerir Processo de Responsabilização Disciplinar e Conduta Funcional	Corregedoria-Geral	(i) Responsabilização Disciplinar aplicada; (ii) Aquecimento de Conduta Funcional realizada.	Tribunal; Sociedade.	(i) Garantir o devido processo legal, a uniformidade de procedimentos, transparência, legalidade em conformidade com as normas internas e com os princípios da administração pública.		
			PO Gerir Gestão dos Processos Correicionais	Corregedoria-Geral	* Resolução nº 22/2008 * Resolução Administrativa nº 8/2015 * Resolução Administrativa nº 14/2025 * Resolução Administrativa nº 13/2024 * Resolução Conjunta ATRICON-CCOR Nº 1/2014 * Resolução ATRICON nº 01/2025 * Lei Estadual nº 16.168, de 11 de dezembro de 2007 e alterações posteriores	PO Gerir Processos Correicionais	Corregedoria-Geral	(i) Correções e Inspeções realizadas conforme padrão estabelecido.	Tribunal	(i) Assegurar a elaboração, aprovação e publicação do Plano Anual de Correções e Inspeções, o planejamento adequado, uniformidade de procedimentos, confiabilidade das informações e rastreabilidade das ações executadas nas Correções e Inspeções realizadas pela CORREG, com seleção criteriosa das unidades, definição de objetivos e metas, e a observância dos princípios da legalidade, eficiência, transparência e melhoria contínua da gestão do TCE-GO.		
			PO Gerir Gestão de Integridade	Corregedoria-Geral Secretaria de Planejamento	Resolução Administrativa nº 13/2024 Código de ética (Resolução Administrativa nº 01/2014)	PO Gerir Denúncias e Manifestações enviadas à Corregedoria	Corregedoria-Geral	(i) sistemática de gestão da integridade organizacional.	Tribunal	(i) Garantir elevados padrões de conduta e comportamento ético, pautados em valores incorporados e compartilhados por todos em suas atividades no TCE-GO.		
			PO Gerir Gestão Documental e Arquivística	Secretaria-Geral	Lei nº 16.168/2007; Resolução nº 22/2008 – RTCE-GO; Resolução Normativa nº 001/2008; Resolução Normativa nº 008/2009; Resolução Normativa nº 003/2011; Resolução Normativa nº 13/2012; Resolução Normativa nº 005/2017; Resolução Normativa nº 4/2024; Resolução nº 6/2021; Resolução Administrativa nº 18/2023; Portaria nº 245/2023 – GPRES; Portaria GP/GMPC nº 010/2023; Lei Estadual nº 13.800/2001. Lei nº 17.638/2010 Decreto nº 8.808/2016. Portaria 376/2022-GPRES; Portaria 854/2023 – GPRES; Resolução nº 22/2008 – RTCE-GO; Resolução Administrativa 17/2024; Resolução Administrativa nº 06/2024; Resolução Normativa nº 10/2017; Resolução Normativa 06/2022; Resolução Normativa 5/2024; Lei nº 16.226/2008; Lei nº 16.205/2013; Lei nº 8.159/01; Lei nº 12.527/2011; Lei nº 12.682/2012; Lei nº 13.709/2018; Decreto nº 10.276/2020; Resolução CONARG nº 51/2023	PO Gerir Autuação de Processos e Cadastro de Documentos PO Gerir Arquivamento de Processo Eletrônico	Serviço de Protocolo e Remessas Postais Serviço de Arquivamento	(i) Processos autuados e documentos cadastrados (i) Processos arquivados	Tribunal Tribunal	(i) Gestão e operacionalização das atividades de protocolo e de remessas postais e eletrônicas de documentos, processos e correspondências do Tribunal. (i) Padronização das atividades que envolvem o arquivamento de processos eletrônicos no âmbito do TCE-GO.		
			PO Gerir Gestão Documental e Arquivística	Secretaria-Geral	Manual de Especificação e Padronização Documental	Manual de Especificação e Padronização Documental	Secretaria-Geral	(i) sistemática de gestão da ética organizacional.	Tribunal	(i) Garantir padronização e simplificação, com aplicação dos preceitos da redação oficial. (ii) Racionalização, segurança, autenticidade e identidade institucional. (iii) Atendimento às regras de distribuição, arquivamento, recuperação e descarte, conforme aplicável.		
			PO Gerir Gestão de Matizes de Seletividade	Secretaria de Controle Externo	Plano de Controle Externo; Resolução Administrativa nº 001/2014; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Normativa nº 10/2023 NBASP 130	PO Gerir Matizes de Seletividade	Secretaria de Controle Externo	(i) Ranking(s) de priorização das ações de controle externo. (ii) Relatório de 03 Gerações (Gestão de priorização das ações de controle externo).				

PROCESSOS DE GESTÃO (NPG)

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS		INFORMAÇÕES TÁTICAS			INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO				
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais	Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados	
1	Apoio Finalístico ao Exercício do Controle Externo	Tem por objetivo contribuir para a qualidade dos trabalhos realizados pelas unidades técnicas por meio da disseminação de métodos e técnicas de controle externo alinhados com as melhores práticas existentes.	Planejamento e Inteligência de Controle Externo	Secretaria de Controle Externo	●	Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP); Regimento Interno da Rede INFOCONTAS; Resolução Normativa Nº 09/2016; Resolução Normativa Nº 10/2017 TCE; Resolução Administrativa Nº 17/2024; Resolução Administrativa Nº: 19/2022; Portaria nº 9/4/2023	PO Produzir Relatório de Inteligência	Serviço de Informações Estratégicas	(f) Relatórios de Inteligência.	Tribunal	(f) Garantir o aperfeiçoamento do processo de fiscalização com base em técnicas de análise por critérios de seletividade e de inteligência de controle externo.	
						Resolução Normativa Nº 009/2016; Resolução Normativa Nº 10/2017; Resolução Administrativa Nº 17/2024; Resolução Administrativa Nº 19/2022; Manual de Segurança da Informação; Resolução Administrativa Nº 07/2024.	PO Produzir Conhecimento Estratégico	Serviço de Informações Estratégicas	(f) Conhecimento Estratégico produzido			
						Regimento Interno do TCE-GO; Plano de Controle Externo; Resolução Administrativa nº 001/2014; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Normativa nº 10/2023; • Resolução Normativa nº 6/2024 • Normas de Auditoria do Setor Público (NBASP).	PO Propor Fiscalização	Secretaria de Controle Externo	(f) Proposta de Fiscalização			
						Lei nº 16.168 Resolução nº 2/2008 Resolução Administrativa nº 001/2014; Resolução Administrativa nº 19/2022; Portaria nº 676/2018-GPRES; Lei Complementar estadual nº 33/2001; Decreto estadual nº 8.697/2020	PO Gerir normativos afetos à Secretaria de Controle Externo	Secretaria de Controle Externo	(f) Proposta de Resolução (g) Exposição de motivos			
						Resolução Administrativa Nº 17/2024; Resolução Administrativa Nº 19/2022; Resolução Administrativa Nº 15/2024; Resolução Administrativa Nº 7/2024.	PO Gerir Propostas de Inovação para o Controle Externo	Serviço de Informações Estratégicas	(f) Propostas de Inovação geridas por meio do banco de Propostas			
							Manual de Gestão de Informações Estratégicas	Serviço de Informações Estratégicas	(f) Produção de conhecimento estratégico que apoia a tomada de decisões das partes interessadas do TCE-GO.			
						Resolução Normativa Nº 7/2025 Resolução Adm. Nº 11/2022/TCE-GO Portaria Nº 614/2022 GPREs Resolução Adm. Nº: 17/2024 Resolução Adm. Nº: 19/2022 Resolução Adm. Nº: 15/2024 Resolução Adm. Nº 07/2024	PO Gerir Declaração de Bens e Rendas - DBRs	Manual do Sistema de Envio da Declaração de Bens e Rendas (DBRs)	Serviço de Informações Estratégicas			(f) DBR recebida
			Controle e Asseguração da Qualidade	Secretaria de Controle Externo	●	Resolução Administrativa nº 19/2022 Resolução Administrativa nº 7/2024 Plano de Controle Externo	PO Gerir Projetos de Fiscalização no SGF	Manual do Sistema de Gestão da Fiscalização - SGF	Serviço de Qualidade de Controle Externo	(f) Relatório de acompanhamento dos projetos.	Tribunal	(f) Garantir o aperfeiçoamento do controle e asseguração da qualidade dos trabalhos de fiscalização, com base em normas internacionais.
						Resolução Administrativa nº 013/2023	PO Gerir Garantia da Qualidade		Serviço de Qualidade de Controle Externo	(f) Relatório de Garantia de Qualidade (g) Melhoria contínua dos trabalhos de Fiscalização		
								Manual do Sistema de Qualidade das Fiscalizações do Controle Externo	Serviço de Qualidade de Controle Externo	(f) Ciclo de Garantia da Qualidade		
			Suporte à Função Judiciante	Secretaria-Geral	●	Resolução Normativa nº 03/2013 Resolução Normativa nº 02/2020 Resolução Administrativa nº 19/2022 Lei Orgânica do TCEGO (art. 9º) Regimento Interno do TCE-GO (art. 113 e 143)	PO Realizar Sessão Virtual		Secretaria-Geral	(f) Pauta e Ata da Sessão Plenária.	Tribunal	(f) Garantir o suporte à função judicante por meio do apoio à realização das sessões plenárias e da consolidação da jurisprudência. (g) Garantir padrões operacionais para a execução das atividades de catalogação da jurisprudência e consolidação normativa.
						Plano Estratégico TCE-GO; Resolução nº 22/2008; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Administrativa nº 2/2023; Lei Estadual nº 16.168, de 2007; Constituição do Estado de Goiás, Constituição Federal de 1988.	PO Gerir Jurisprudência do TCE-GO		Serviço de Jurisprudência e Consolidação Normativa	(f) Catálogo de Normativas (Consolidação). (g) Catálogo de Acórdãos (Jurisprudência).		
						RN 03/2013 RN 02/2020 PORTARIA Nº 159/2022 – GPRES RA 19/2022 Lei Orgânica TCE (art. 9º) Regimento Interno (art. 113 e 143)	PO Realizar Sessões Plenárias Híbridas		Secretaria-Geral	(f) Pauta e Ata da Sessão Plenária.		
						Plano Estratégico TCE-GO Portaria nº 676/2018-GPRES Resolução nº 22/2008; Lei Estadual nº 16.168 de 2007; • Lei Complementar Federal nº 95/1998; • Lei Complementar Estadual nº 33/2001; • Constituição Estadual de 1989; e • Constituição Federal de 1988.	PO Gerir Consolidação Normativa do TCE-GO		Serviço de Jurisprudência e Consolidação Normativa	(f) Catálogo de Normativas Consolidado (g) Acervo Normativo do TCE-GO		
Lei nº 16.168/2007; Resolução nº 22/2008; Resolução Normativa nº 02/2020;	PO Gerir Atividades do Serviço de Registro	Manual de Procedimentos do Serviço de Registro				Serviço de Registro	(f) Registro de Ato de Pessoal.					
Gestão de Atos Oficiais	Secretaria-Geral	●	Lei nº 16.168/2007; Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Gerir Comunicação de Atos		Serviço de Publicações e Comunicações	(f) Ato publicado no DOE/DEC. (g) Comunicação aos interessados/jurisdicionados (Ofício/Despacho). (h) Comunicação dos interessados/jurisdicionados. (i) Sobrestamento de Processos.	Tribunal	(f) Garantir a gestão dos atos oficiais decorrentes das atividades do Tribunal.			
			Resolução nº 004/2012; Portaria nº 36/2023 GPRES; Lei Orgânica do TCE-GO	PO Gerir Publicação no Diário Eletrônico de Contas		Serviço de Publicações e Comunicações	(f) Publicação no DEC.					
			Lei 16.168/2007; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução DIREX nº 001/2017	PO Gerir Publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás		Diretoria de Ato Oficiais e Controle Serviço de Publicações e Comunicações	(f) Publicação no DOE.					

Legenda - Maturidade dos Processos de Trabalho

Identificação (cores)	Valores em %
●	n = 0 (zero)
●	0 ≤ n ≤ 40
●	41 ≤ n ≤ 74
●	n ≥ 75